

V. 03, N.17 Set./Out. 2022

O ACESSO À EDUCAÇÃO FORMAL PELAS CRIANÇAS CIGANAS: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

ACCESS TO FORMAL EDUCATION BY GYPSY CHILDREN: THE CONTRIBUTION OF PSYCHOLOGY

EL ACCESO A LA EDUCACIÓN FORMAL DE LA NIÑEZ GITANA: EL APORTE DE LA PSICOLOGÍA

1

Rose Anne Holanda

Secretaria de Educação de Marco – Ceará
ORCID – <https://orcid.org/0000-0001-5533-8234>

Maria Eduarda Sousa Rocha

Colégio Luciano Feijão
ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-9417-5850>

Nivia Maria Vasconcelos Tavares

Casa da Mulher Cearense de Sobral
ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-9694-2072>

José Maria Nogueira Neto

Faculdade Luciano Feijão
ORCID – <https://orcid.org/0000-0001-9597-1771>

Ana Helena Araújo Bonfim Queiroz

Faculdade Luciano Feijão
ORCID – <https://orcid.org/0000-0001-9632-8972>

Resumo: O presente artigo objetivou estudar o acesso à educação formal pelas crianças ciganas e a contribuição da Psicologia na facilitação desse acesso. Para tanto, buscou conhecer a diversidade cultural e o reconhecimento e valorização dos povos, comunidades, etnias e culturas que formam a população brasileira, focando nos povos ciganos. A metodologia foi revisão bibliográfica/narrativa, utilizando os descritores Ciganos; Escola; Psicologia, pesquisados na plataforma Google Acadêmico. O referencial teórico centrou-se no histórico dos povos ciganos, sendo percebido as lutas, as perseguições e sofrimentos vivenciados; na cultura e na educação dos povos ciganos, em que a família é a primeira instituição educativa; na inclusão das crianças ciganas na educação formal, em que pode ocorrer um choque de culturas, por isso muitos pais relutam nessa escolarização; e na contribuição da Psicologia para que essa inclusão ocorra, pois ela pode contribuir no acesso das crianças ciganas à escola. A psicologia pode, dessa forma, trabalhar com o fortalecimento da identidade social, promovendo debates sobre a

diversidade cultural, identidade e violência cultural e social que ainda estão presentes em escolas e na sociedade.

Palavras-Chave: Ciganos. Escola. Psicologia.

Abstract: This article aimed to study the access to formal education by Gypsy children and the contribution of Psychology in facilitating this access. To this end, it sought to learn about cultural diversity and the recognition and appreciation of the peoples, communities, ethnicities and cultures that make up the Brazilian population, focusing on the gypsy peoples. The methodology was a bibliographic/narrative review, using the descriptors Gypsies; School; Psychology, searched on the Google Scholar platform. The theoretical framework focused on the history of gypsy peoples, with the struggles, persecutions and sufferings experienced being perceived; in the culture and education of Gypsy peoples, in which the family is the primary educational institution; the inclusion of Roma children in formal education, where there can be a clash of cultures, which is why many parents are reluctant to go to school; and in the contribution of Psychology for this inclusion to occur, as it can contribute to the access of Gypsy children to school. Psychology can, in this way, work with the strengthening of social identity, promoting debates on cultural diversity, identity and cultural and social violence that are still present in schools and in society.

Keywords: Gypsies. School. Psychology.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo estudiar el acceso a la educación formal de los niños gitanos y la contribución de la Psicología para facilitar este acceso. Para ello, buscó aprender sobre la diversidad cultural y el reconocimiento y valorización de los pueblos, comunidades, etnias y culturas que componen la población brasileña, centrándose en el pueblo gitano. La metodología fue una revisión bibliográfica/narrativa, utilizando los descriptores Gitanos; Escuela; Psicología, buscado en la plataforma Google Scholar. El marco teórico se centró en la historia del pueblo gitano, percibiéndose las luchas, persecuciones y sufrimientos vividos; en la cultura y educación del pueblo gitano, en el que la familia es la primera institución educativa; la inclusión de los niños gitanos en la educación formal, donde puede haber un choque de culturas, por lo que muchos padres son reacios a ir a la escuela; y en la aportación de la Psicología para que esta inclusión se produzca, ya que puede contribuir al acceso de los niños gitanos a la escuela. La psicología puede, de esta manera, trabajar con el fortalecimiento de la identidad social, promoviendo debates sobre la diversidad cultural, la identidad y las violencias culturales y sociales que aún están presentes en las escuelas y en la sociedad.

Palabras-clave: Gitanos. Escuela. Psicología.

Introdução

Os Povos Ciganos fazem parte dos Povos e Comunidades Tradicionais, que são grupos que se diferenciam culturalmente, possuindo formas próprias

de se organizar, tanto territorialmente quanto ao uso equilibrado dos recursos naturais e no qual os conhecimentos são transmitidos pelas tradições.

Para identificar Povos e Comunidades Tradicionais, existe uma lista de características e critérios gerais sobre o modo de vida diferenciado, tais como: movimento político de características étnicas; ocupação econômica e gênero; relações familiares e comunais; ligação com o território (ou sua falta); saberes da natureza, transmissão oral; ancestralidade, cosmologia, sagrado/ espiritualidade, epistemologias plurais; resistência aos grandes projetos de desenvolvimento econômico (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, os povos ciganos possuem características dos Povos e Comunidades Tradicionais, por possuir uma cultura própria, como também, se reconhecem como tais. A palavra Cigano vem de *atkingano*, vocábulo de origem grega que o povo desse país usava para nomear uma seita de músicos e adivinhos que era conhecida no Império Bizantino, desde o século VIII.

O estudo sobre a origem dos povos ciganos começou a ser realizado a partir do seu modo de vida espiritual (superstições de signos ocultos e cabalísticos) e trajes e ofícios (ferreiros, músicos e adivinhos). Pelo fato de os povos ciganos trabalharem com ferro e o fogo, eram obrigados a morar afastados dos demais, tanto como forma de se afastar das humilhações, quanto para preservar suas tradições e, dessa forma, eles ficavam caminhando, espalhando-se por diversos locais, tornando-se povos nômades, uma de suas características mais conhecidas.

Os povos ciganos atualmente estão com uma tendência à sedentarização, devido à imposição política e à exclusão social, pois os governos não oferecem recursos para a promoção de saúde e qualidade de vida, ignorando e invisibilizando a sua constituição cívica nacional. Inclusive o Sistema Único de Saúde (SUS) se baseia no processo de territorialização, limitando o espaço de atuação das equipes multiprofissionais e, portanto, os povos ciganos nômades são prejudicados, porque não têm documentos que comprovem a sua localidade de moradia.

É preciso ser singularizado o sentido de território na medida que se relaciona com as questões culturais, políticas, econômicas e sociais de cada um (ALMEIDA; BARBOSA; PEDROSA, 2013).

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, garante aos ciganos nascidos no Brasil os mesmos direitos dos outros cidadãos brasileiros, ressaltando em seu Artigo 5 que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, assegurando ainda que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Dessa forma, os povos ciganos devem ser incluídos no sistema de educação formal, que é válido em todo o território brasileiro. Essa inclusão já existe na legislação brasileira, por mais que na prática essa realidade ainda não esteja sendo concretizada e vivenciada por esses povos.

Pensando nesse processo de acesso e inclusão dos povos ciganos à educação formal, o psicólogo é um profissional que pode atuar em diferentes contextos, dentre eles junto às políticas públicas e, dessa forma, deve estar preparado para trabalhar nos diversos contextos sociais, respeitando a todos os povos e comunidades que formam a população brasileira.

Concentrando-se no conhecimento, respeito e valorização dos povos e culturas que formam o povo brasileiro, o objetivo principal dessa pesquisa foi compreender como ocorre o acesso à educação formal pelas crianças ciganas e como a psicologia pode contribuir nesse acesso.

Como forma de organizar melhor o estudo, na estrutura desse artigo consta o percurso metodológico utilizado, sendo descrito como os dados da pesquisa foram coletados e organizados. Posteriormente é apresentado o referencial teórico, em que foi descrito brevemente sobre a história, cultura e educação dos povos ciganos, sobre o acesso das crianças ciganas na educação formal e sobre a contribuição da psicologia para esse processo ocorra de maneira positiva.

Metodologia

O tipo de estudo utilizado nessa pesquisa é a revisão bibliográfica, que procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também conhecer e analisar conteúdos científicos sobre um determinado tema (MARTINS; PINTO, 2001).

Optou-se por utilizar a revisão narrativa, que é um dos tipos de revisão de literatura, que se propõe acessar às experiências de autores que já pesquisaram sobre o assunto. A revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros fizeram (SILVA; TRENTINI, 2002). Este tipo de pesquisa tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2007).

O tipo de estudo utilizado, a revisão narrativa, é percebido nesse artigo, principalmente, porque a questão de pesquisa é considerada como uma temática aberta, não exigindo um protocolo rígido para a sua elaboração (CORDEIRO et al., 2007), ou seja, a compreender como a Psicologia pode contribuir na garantia do acesso à educação formal para as crianças ciganas.

O levantamento das produções para esse artigo foi realizado a partir de pesquisa eletrônica na Plataforma de dados bibliográficos Google Acadêmico. O acesso ocorreu nos meses de abril a junho de 2022. Os descritores utilizados para o levantamento das produções foram: Ciganos; Escola; Psicologia, com diferentes combinações entre eles.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção das publicações para esse artigo foram: estarem publicados em língua portuguesa; estarem disponíveis na íntegra; retratarem a temática referente a essa revisão de literatura; sem necessidade de um período pré-estabelecido para terem sido

publicados e indexados. Por outro lado, os critérios de exclusão foram: os estudos que não apresentavam coerência com a temática abordada e estarem publicados em outras línguas, que não fosse a língua portuguesa.

Os artigos encontrados, a partir do levantamento realizado, foram lidos, em um primeiro momento apenas os resumos e, em seguida, na íntegra, após serem analisados pelos critérios de inclusão e de exclusão pré-estabelecidos. Após essa leitura, foram realizados fichamentos de trechos das produções lidas considerados como relevantes para a escrita desse artigo, para que fossem utilizados em um outro momento no referencial teórico, conforme o assunto que estava sendo abordado.

Referencial Teórico

Um breve histórico sobre os Povos Ciganos

A ciganidade é uma forma de se relacionar consigo mesmo e com o mundo e os povos ciganos desenvolveram uma história permeada de perseguições e sofrimentos, mas sem nunca perderem de vista que tudo isso serviria para reforçar sua identidade cultural (ANDRADE JÚNIOR, 2013).

Com isso, ao definirmos os povos ciganos, é importante compreender que se dividem em três grandes grupos. O primeiro grupo é o Rom ou Roma, que são predominantes nos países balcânicos e no leste europeu, mas que a partir do século XIX migraram para outros países da Europa e para as Américas. O segundo grupo é o Sinti, língua sintó, encontrados na Alemanha, Itália e França. O terceiro é o Calon ou Kalé, que vivem em Portugal e na Espanha, mas que também foram deportados ou migraram para outros países da Europa e América do Sul a partir do século XVI (ANDRADE JÚNIOR, 2013).

Os povos ciganos se dividem em nômades, que caminham o tempo todo e vivem em barracas; semi-nômades, que tem residência fixa, mas que viajam por causa de negócios; e os sedentários, que não acampam mais,

tendo residência fixa, um nível econômico melhor e uma minoria deles chegou às universidades, exercendo os mais diversos tipos de profissão (PEREIRA, 2011).

Devido aos movimentos migratórios realizados, que datam desde o século V, muita informação se perdeu. Mas uma das primeiras informações resgatadas retrata sobre os primeiros grupos de ciganos na Europa Ocidental, na qual existe uma certa atribuição lendária e misteriosa como parte de uma estratégia de proteção, visto que o povo cigano era minoria (MOONEN, 2011).

Sobre os povos ciganos no Brasil, o país conta com mais de 500 mil pessoas ciganas, que são divididas em três etnias distintas - Calon, Rom e Sinti. De acordo com os registros de prefeituras, governos estaduais e entidades da sociedade civil, há um total de 291 acampamentos ciganos. As famílias sofrem com falta de infraestrutura adequada, dificuldade para ter acesso a programas sociais e para inserir os filhos em escolas públicas, além de serem submetidos a cenas constantes de discriminação e violência. Os agrupamentos são encontrados em 21 estados, porém, em maior número, localizados em Minas Gerais, Bahia e Goiás (CAVALCANTI, 2013).

Uma das primeiras documentações sobre a definição da identidade cigana no Brasil tem início em 1574, quando o cigano João Torres, sua mulher e filhos foram banidos de Portugal para o Brasil, por simplesmente serem ciganos (TEIXEIRA, 2008). De qualquer forma, o degredo passou a ser utilizado como política de Portugal para limpar o país dos indesejáveis ciganos (ANDRADE JÚNIOR, 2013).

Em 1686, o Maranhão e Rio de Janeiro passaram a receber os ciganos enviados de Portugal. Em 1718, o envio de ciganos passou a chegar nas províncias do Ceará, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo e, dessa maneira, espalharam-se por todo o país. No século XVIII, um dos lugares mais importantes para os povos ciganos foi o Campo de Santana, localizado no Rio de Janeiro, onde se encontravam para a comercialização

de produtos, e, dessa forma, o ponto de encontro ficou conhecido como “Campo dos Ciganos” (ANDRADE JÚNIOR, 2013).

Como forma de não se perder culturalmente, foi criado o Centro de Estudos Ciganos do Brasil – CEC, em 16 de março de 1987, tendo por objetivo unir os povos ciganos, com os propositivos de fidelidade a si mesmos, aos seus costumes, aos seus valores, sem, no entanto, perder a noção da realidade social do país em que vivem (PEREIRA, 2011).

Já em 2009, houve a necessidade de conseguir informações, levantamento de dados, sistematização e ampla divulgação sobre os povos ciganos no Brasil, a fim de fortalecer as políticas públicas em defesa dos direitos humanos, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal. Nesse sentido, Vasconcelos, Ribeiro e Costa (2013), fundadores da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil), elaboraram uma cartilha contendo os dados oficiais sobre os povos ciganos no Brasil. A cartilha tem como objetivo promover uma melhoria da qualidade de vida das comunidades e estimular a elaboração de políticas públicas adequadas para os povos ciganos.

A cultura e a educação dos Povos Ciganos

Os Ciganos são povos no qual seus costumes e tradições são passados pela transmissão oral. Nesse sentido, a identidade dos povos ciganos não se encontra na pessoa isolada, mas no grupo, em seu contexto sociocultural e sua etnia. A personalidade e a cultura são moldadas a partir do grupo, projetando-se em cada um de seus componentes (PEREIRA, 2011).

Na organização de vida dos povos ciganos, a família se constitui como a primeira instituição educativa, sendo um dos pilares da sociedade cigana. É no contexto da família que se preserva os valores da comunidade (BRAVO, 2014). Para os povos ciganos, a aprendizagem realizada de maneira informal, contínua, na convivência dos mais jovens com os mais velhos atende melhor a sua maneira de viver (HONÓRIO FILHO; FELIPE, 2019).

A transmissão oral da cultura cigana não segue nenhum processo formal, acontecendo nas relações do seu cotidiano, na sua vida diária. As crianças e jovens, ao estarem no mesmo ambiente físico que os adultos, ao participarem das conversas, demonstram ter grande concentração, estando atentas ao que está acontecendo. Essa atenção é importante porque os momentos de conversas existentes no grupo é o momento que se constitui em espaço de aprendizagem para eles (SIMÕES, 2010).

As relações de aprendizagem intraétnicas, ou seja, dentro da própria cultura, ocorrem desde muito cedo. O primeiro contato se estabelece na relação mãe-filho, já que a mãe é quem repassa os conceitos básicos da cultura, da língua, do respeito aos pais e aos mais velhos. É desse primeiro contato que a criança conhece os ritos e mitos ligados à cultura de seu povo (SIMÕES, 2010).

Após o primeiro momento mais ligado na relação mãe-filho, a questão relacionada ao gênero começa a ter maior relevância e a educação dos meninos e das meninas ciganos torna-se diferente. Para as meninas, são ensinadas as atividades domésticas, como cuidar dos irmãos mais novos, a obediência ao marido, aos sogros e, em especial, a obediência à sogra, e como podem aprender também uma atividade remunerada, como a leitura da mão. Os meninos desde cedo já começam a serem conscientizados sobre a importância da sua contribuição com a renda familiar, realizando serviços externos remunerados à comunidade (SIMÕES, 2010).

Nas comunidades ciganas, a vivência é polícrona, ou seja, os espaços e os tempos têm diversas funções sociais que ocorrem simultaneamente, sendo duradouras. A sobrevivência familiar é garantida pela aprendizagem das tarefas sociais, com os meninos aprendendo com os pais os ofícios que irão desenvolver, como trabalhar com vendas e negócios, enquanto as meninas aprendem com as mães e mulheres mais velhas das famílias, os ofícios que também irão desenvolver em sua vida adulta. Na cultura dos povos ciganos, a aprendizagem acontece na vida diária, em que se

aprende fazendo, existindo uma corresponsabilidade entre aprender e socializar (MONTENEGRO, 1999).

É importante perceber que “as comunidades ciganas não abdicam da sua função educativa e fazem-no de uma forma integradora, interdependente e global” (MONTENEGRO, 1999, p. 20). A diferença é que nas comunidades ciganas não existe a distinção entre as atividades desenvolvidas pelos adultos e as que deveriam ser aprendidas pelas crianças. Podemos ressaltar também que “a função educativa do grupo é indispensável para a manutenção da coesão familiar: as crianças e jovens são assunto de todos: avós, primos, tios, irmãos (...) cada um é necessário e contribui para o todo” (MONTENEGRO, 1999, p. 21). Todas essas aprendizagens ocorrem integradas nas funções socioeconômicas desenvolvidas pelos adultos da família.

A transmissão e a aprendizagem dos valores da cultura cigana são realizadas oralmente, não havendo uma valorização da escrita, pois na educação familiar dos povos ciganos a criança é orientada para um determinado trabalho, em que muitos só consideram importante saber o básico, como ler, escrever e realizar cálculos matemáticos, o que não os obriga a ter que permanecer muitos anos em uma escola (BRAVO, 2014). Para alguns povos ciganos, a frequência nas escolas ocorre sem grandes pressões, pois os pais valorizam mais o que é apreendido dentro de seu grupo familiar e social (MONTEIRO; GOLDFARB, 2017).

Os povos ciganos têm suas características específicas, como o fato de muitos ainda serem nômades, o fato de que a inserção no mundo do trabalho ainda possa ser realizada no viés da informalidade, pelo fato do casamento ser realizado ainda na adolescência, dentre outras situações específicas, faz com que, normalmente, os pais ciganos não tenham a vontade de enviar os seus filhos à escola (PINTO; OLIVEIRA, 2016). Pensando dessa forma, Libanio (2002) afirma que “independentemente da situação a qual os sujeitos estão inseridos, a aprendizagem e o processo formativo acontecerão em momentos e situações diferentes para cada um”, sendo

importante que as crianças tenham apoio e estímulos que sejam diferenciados conforme o meio social em que residem, bem como com as suas relações sociais.

A partir do processo de sedentarização, ocorridos com alguns povos ciganos, eles começaram a perceber que não poderiam mais executar as atividades remunerativas que já conheciam para conseguir o sustento da comunidade. Dessa forma, perceberam que deveriam tentar executar outras formas de trabalho que não estavam acostumados a fazer, mas seu conhecimento e habilidades prévias já não conseguem mais corresponder às expectativas do seu novo modo de vida.

Além disso, muitos grupos de ciganos acabaram precisando dos programas de transferência de renda para auxiliar no sustento da família, mas esses programas possuem condicionalidade para serem cumpridas, sendo uma delas a frequência dos filhos nas escolas (SIMÕES, 2010). Daí a necessidade da matrícula das crianças ciganas nas escolas públicas e essa é uma nova forma de encarar a educação para esses povos.

Mas para vários ciganos mais velhos o que eles aprenderam com a escola da vida foi o que consideraram necessário para sustentarem as suas famílias. Já a escola, como um espaço físico que ensina aos mais jovens a leitura e a escrita, está presente apenas nos ciganos mais novos da comunidade (HONÓRIO FILHO; FELIPE, 2019). E essa nova realidade pode ter surgido devido aos novos contextos sociais nos quais grupos de ciganos tiveram que enfrentar na luta pelo sustento de sua família.

O acesso e inclusão das crianças ciganas à educação formal

Em relação às crianças ciganas, a infância é compreendida como o momento de proteção, de aprendizagem e preparação para vida adulta, que é finalizada pelo matrimônio, mas antes disso é considerado uma preparação para uma vida em comunidade e familiar. Os pais são as pessoas que adaptam atividades para as crianças com o propósito de

garantir a perpetuação das tradições e a continuidade da vida em grupo (CARDOSO; BONOMO, 2019).

Os familiares e a comunidade cigana são os responsáveis pela educação e pela identidade das crianças ciganas, sendo caracterizada pela transmissão de normas, valores e costumes, expressados nos rituais em grupos. As crianças participam de um universo lúdico, com brincadeiras típicas da idade, mas também aprendem com os adultos as atividades que exercerão no futuro. Com esse tipo de educação, as crianças tornam-se os responsáveis pela continuidade da tradição e da cultura do seu povo (CARDOSO; BONOMO, 2019).

Durante muitos anos, desde a chegada dos povos ciganos ao Brasil no ano de 1574, quando foram deportados com outros europeus, os ciganos foram perseguidos, violentados, sofreram preconceitos e representados por estereótipos negativos como ladrões, perigosos e sujos, devido a sua etnia. Essa exclusão e discriminação social, perpetua até hoje com manifestações de frases como "as crianças não gostam de estudar e são sujas", como também a dificuldade de matricular as crianças ciganas nas escolas (BONOMO et al, 2017).

Sobre a dificuldade de matricular as crianças ciganas nas escolas, temos a desrespeito ao "direito à educação para todos", garantido pela Constituição Federal Brasileira, de 1988 (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394, de 1996, em seu Artigo 3, garante que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; na liberdade de aprender, ensinar, divulgar a cultura, a arte e o saber; no respeito à liberdade e apreço à tolerância; na valorização da experiência extraescolar; na vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

Mesmo com a existência de leis inclusivas, a inserção das crianças ciganas na escola, ocorre juntamente com um choque de culturas, por isso que muitos pais relutam colocar os filhos nas escolas, como também por

causa das discriminações, preconceitos e violências que as crianças ciganas sofrem no processo de socialização com os ideais de inferioridade de algumas diversidades culturais e sociais dentro das escolas (CARDOSO; BONOMO, 2019).

Para as crianças, essa inserção na escola é importante para a alfabetização e afirmação da diversidade cigana, apesar de também ser muito difícil essa socialização. Muitos deles escondem o seu nome cigano e usam o não-cigano em momentos de ameaças nas escolas. O uso de uniformes que não fazem parte do seu vestuário, a dificuldade da permanência da língua cigana em outra cultura e as explicações sobre o namoro para os povos ciganos são alguns dos desafios encontrados (CARDOSO; BONOMO, 2019).

Nas escolas, muitos profissionais ainda trabalham com uma visão individualizada e excludente dos alunos, que prioriza um discurso eurocêntrico, que está vinculado a uma dimensão opressora de imposição normativa. E a escola, como esse espaço de ensino-aprendizagem e socialização, precisa dialogar com outros saberes e políticas (que garanta os direitos humanos), construindo possibilidades, acessos, conhecimentos e lutas pela sobrevivência das demais diversidades (culturais e raciais) (CARVALHÃES, 2019).

Ainda é assegurado pela LDB N° 9.394, de 1996, em seu Artigo 5, que o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo (BRASIL, 1996).

Torna-se necessário que ocorra uma desconstrução da discriminação de pessoas negras, albinas, indígenas, ciganas, pobres, de mulheres, de homossexuais e transgêneros, de religião de matriz africana, de pessoas com transtornos mentais e pessoas com deficiências. Castilho (2009, p. 118) coloca que “ainda que a escola, em todos os níveis, não seja o único lugar em que essa desconstrução precisa ser realizada, nela isso é fundamental”.

A escola precisa quebrar com o silêncio sobre o preconceito e a discriminação, construindo projetos pedagógicos que proporcionem a visibilidade das diversidades culturais e o respeito aos direitos humanos, capacitando os professores para contribuir com a transformação política, econômica, sociocultural e histórica, produzindo novos modos de pensar, agir, ensinar e transmitir conhecimento (CASTILHO, 2009).

A contribuição da Psicologia para a inclusão das crianças ciganas à educação formal

Para entender e trabalhar com os povos e comunidades tradicionais é preciso estudar o contexto histórico de cada povo, seus processos coloniais, econômicos, interculturais, valores e tradições. É necessário considerar a longa história de uma violência estrutural, que ainda acarreta consequências de explorações e opressões dos indivíduos e a heterogeneidade histórico-cultural marcada pela forma de dominação e relações de poder e corroborado pelo modelo capitalista que gera desigualdade (CFP, 2019).

A psicologia precisa desenvolver um olhar singularizado para as comunidades e os povos tradicionais, reconhecendo que cada um tem sua forma de organização, ancestralidade, relações com a natureza, o coletivo e o território, tradições, aspectos sociais, político, econômico e religioso, embora também existam características em comum. Desmascarando essa tentativa de poder e dominação e criando espaços de possibilidades de enfrentamento das violências e expondo as produções sociais, artísticas, culturais e políticas dos povos tradicionais (PIZZINATO; GUIMARÃES; LEITE, 2019).

A atuação da psicologia com os povos tradicionais precisa ter um compromisso ético, teórico, técnico e político, buscando o fortalecimento de debates para ampliar o campo de preocupação dos profissionais das equipes multiprofissionais que ainda não se posicionam a respeito desses

grupos (CFP, 2019). Um olhar crítico, mas respeitoso, que procura conhecer a história de descolonização, sem exaltar um modelo eurocêntrico, diálogo com as políticas públicas, que garantam os direitos para uma melhor qualidade de vida e que minimizam as condições de vulnerabilidade social e violência sofrida.

A contribuição da psicologia para as políticas públicas deve estar alinhada com uma perspectiva de garantia dos direitos humanos, contemplando o rompimento dos padrões normativos e opressores da diversidade, o processo de construção da subjetividade, promoção de debates que possibilite a participação social para superar a exclusão social e com uma atuação amparada na ética, teoria, técnica e política (GESSER, 2013).

Segundo Cardoso e Bonomo (2019, p. 69) "a psicologia trabalha com uma perspectiva psicossocial, que reconhece a interdependência do indivíduo à sua cultura de pertença". A psicologia, diante dessa diversificação social, deve contribuir com debates e o fortalecimento da identidade social, promovendo reflexões sobre a garantia dos direitos humanos, amparado a um compromisso social. Coadjuvando com a luta contra a discriminação, perseguição e as consequências de anos de violências, expondo a invisibilidade dos povos ciganos.

A psicologia deve romper com discursos hegemônicos e eurocêntricos, que priorizam e determinam a história de muitas culturas, problematizando, desenvolvendo e experimentando novos modos de sentir, pensar, dialogar e intervir com políticas públicas que vinculam com outros estudos e povos. Além disso, com uma perspectiva clínica que reconhece o ser humano, enquanto indivíduo, história, comunidade, cultura e político que interfere no processo de construção da subjetividade. Dessa forma, sensibilizando, implicando e visibilizando a luta pela sobrevivência dos povos e do encontro com as diferenças (CARVALHÃES, 2019).

A nossa sociedade ainda apresenta um controle de poder, baseado em uma razão eurocêntrica e a psicologia precisa desconstruir esses

pensamentos e ideais de um padrão colonial, que classifica uma raça como superior a outra, mas não é qualquer outra raça inferiorizada, são aquelas que foram e são invisibilizadas, exploradas e marginalizadas durante muitos anos (GONÇALVES, 2016).

Dessa forma, a escola, como instituição relevante para a nossa sociedade, é o local que apresenta diversas formas de relações, sendo lá que as crianças mais socializam e expõe os sentimentos, valores e ideais, mas também lá reflete o que a sociedade está vivenciando.

As ações realizadas pela psicologia, em conjunto com os demais profissionais da escola, são responsáveis pela problematização do que está cristalizado nas escolas, promovendo debates e projetos com as políticas públicas, que visam ampliar a visão dos professores e alunos sobre os demais temas, como a diversidade, identidade e violência cultural e social, que estão presentes nas escolas e na sociedade. Essa busca pelo novo significado a respeito das culturas, proporciona modos diferentes de socialização, sentidos coletivos e individuais que é construído no espaço interpsicológico de cada aluno (MATTOS; NUERNBERG, 2010).

Torna-se necessário ampliar o olhar da psicologia para compreender essa diversidade, dialogar com os demais processos psicossociais, promover debates que fortaleçam a identidade social e criar espaços de aprendizagem para a desconstrução de algumas ideologias excludentes (CFP, 2019).

O trabalho da psicologia na escola não seria diferente, desenvolvendo projetos sobre a valorização e a inclusão dos povos marginalizados e dizimados no processo colonial, sempre respeitando suas particularidades culturais de forma ética, técnica, política e a participação das políticas públicas que garanta os direitos deles.

Considerações Finais

A psicologia diante dos povos e comunidades tradicionais, dentre eles, os povos ciganos, precisa reconhecer que o Brasil tem uma pluralidade de cosmovisões, da construção de subjetividades e de relações com a natureza. A limitação dos estudos acerca das pluralidades de cosmovisões e suas particularidades, reflete como a sociedade ainda está enquadrada a um discurso que singulariza as diversas culturas e etnias dos povos.

Ao estudar sobre a cultura dos povos ciganos, a atuação da psicologia na escola poderá ser mais adequada, pois compreende a maneira como os povos ciganos se relacionam com a terra e a importância da preservação de sua identidade, visto que suas tradições são passadas através da oralidade, principalmente por parte materna, que ensina desde cedo os ritos, os mitos, as tarefas do cotidiano e história de seus ancestrais.

Com a evolução da sociedade, os ciganos mais novos estão começando a frequentar as escolas, porém, há um impasse em conciliar a cultura com os modos da educação formal. Para muitas famílias ciganas basta que seus filhos conheçam o básico sobre escrita, leitura e resolução de cálculos, visto que são importantes para o trabalho.

A educação formal não abarca todas as diversidades culturais e muitos profissionais não sabem trabalhar com elas, e, dessa forma, as crianças ciganas sofrem preconceito e discriminação. Por mais que a inclusão dos povos ciganos já exista na legislação brasileira, porém na prática essa realidade não está concretizada e vivenciada por esses povos.

Nesse sentido, a escola é um espaço para a promoção de diálogos, como também é importante para a criação de projetos pedagógicos sobre a diversidade cultural, com o intuito de proporcionar aos jovens suas potencialidades e fortalecimento de identidades, bem como capacitar os professores para que possam contribuir com a transformação social, ajudando assim a quebrar a lógica eurocêntrica.

Enfim, a atuação da psicologia com os Povos e Comunidades Tradicionais/Povos Ciganos precisa estar pautada primeiramente no conhecimento histórico, a fim de saber como se constituíram e seus

processos no decorrer nos anos. Com isso, deve propor debates sobre como as políticas públicas estão agindo, como também a criação de novas, caso necessite, com o propósito de garantir os direitos humanos.

A atuação da psicologia também está no fortalecimento da identidade social, visto que a diversidade cultural muitas vezes é discriminada, por conta da cultura opressora e pensamento hegemônico. Devendo, dessa maneira, juntamente com a equipe multiprofissional, repensar o plano pedagógico escolar, para a inclusão de todas as diversidades culturais existentes no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Manoel Guedes; BARBOSA, Débora Regina Marques; PEDROSA, José Ivo dos Santos. Trilhas da Iniquidade: Saúde de Povos Ciganos e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, v.4, n.3, 2013.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, 2013.

BONOMO, Mariana et al. Os eternos estrangeiros: contato, campo afetivo e representações sociais de ciganos entre não ciganos da grande Vitória/ES. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v.12, n.3, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. Lei Nº 9394 de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1996.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN**. Brasília, 2007.

BRAVO, Maria João Grades. **A integração na Escola** – Contributos da Educação Pré-Escolar em Crianças de Etnia Cigana. Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Évora. Évora, 2014.

CARDOSO, Greycy Kelle Andrade; BONOMO, Mariana. Infância Calin: Socialização Étnica e Identidade Social entre Crianças Ciganas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

CARVALHÃES, Flávia Fernandes. Clínica extramuros: decolonizando a Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 216, 2019.

CASTILHO, Ela Wieko V. de. O papel da escola para a educação inclusiva. In: LIVIANU, R. (cood.). **Justiça, cidadania e democracia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

CAVALCANTI, Hylda. Brasil cigano, formado por mais de 500 mil pessoas, ainda é pouco conhecido. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 8 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/brasil-cigano-formado-por-mais-de-500-mil-pessoas-ainda-e-pouco-conhecido-da-grande-populacao-1570/> Acesso em: 26 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) para a atuação de psicólogos(os) com povos tradicionais**. 1.ed. Brasília: 2019.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev Col. Bras. Cir**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1- 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcbc/v34n6/11>. Acesso em: 25 jun. 2022.

GESSER, Marivete. Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 33, 2013.

GONÇALVES, Bruno Simões. A Dupla Consciência Latino- Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. **Psicologia Política**, v. 16, n. 37, 2016.

HONÓRIO FILHO, Wolney; FELIPE, Adilson dos Reis. **A Escola do dia-a-dia é a Escola da Vida: Narrativas de Ciganos em Pires Dorio-Go**. v. 21 n. 46, 2019.

LIBANIO, João Batista. **A arte de formar-se**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola (Coleção CES), 2002.

MARCONI, Marian de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.16, n.2, 2010.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo**: Os Ciganos na Europa e no Brasil. 3ª edição digital revista e atualizada. Recife, 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

MONTENEGRO, Mirna. Ciganos e educação. **Cadernos ICE**, 5, 1999.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto; GOLDFARB, Maria Patricia Lopes. A infância Calon: notas sobre o "ser criança" entre os ciganos no vale do Mamanguape - Paraíba/Brasil. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 1, 2017.

PEREIRA, Cristina da Costa. Ciganos: A oralidade como defesa de uma minoria étnica. **Anuario para el rescate de la tradición oral de America Latina y del Caribe**, 2011.

PINTO, Ana Katia Pereira Pinto; OLIVEIRA, Ivone Martins de Oliveira. Ciganos na Escola: Desafios e Potencialidades. **Journal of Research in Special Educational Needs**. Volume 16. Number s1. 2016.

PIZZINATO, Adolfo; GUIMARÃES, Danilo Silva; LEITE, Jáder Ferreira. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão** v. 39, 2019.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Am. de Enferm.** Maio/Jun., v. 10, n. 3, 2002.

SIMÕES, Sílvia Régia. Educação Cigana: entre-lugares entre escola e comunidade étnica. **Revista Espaço Pedagógico - REP**, v. 17, n. 2. Passo Fundo, 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

VASCONCELOS, Marcia; RIBEIRO, José; COSTA, Elisa. **Dados oficiais sobre os povos romani (ciganos) no Brasil** – 2013. 1ª ed. Brasília - DF AMSK/Brasil, 2013. Disponível em: http://www.amsk.org.br/imagem/publicacao/publicacao1_amsk_2013.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.